

O ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DIGITAIS PELAS CRIANÇAS E JOVENS DA PERIFERIA DO RECIFE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVIRUS

Maria Ana Paula Freire da Silva¹
Gilvaneide Ferreira de Oliveira²

RESUMO

Crianças, jovens e adultos não se desenvolvem sem conflitos. Os momentos de crise pelos quais se passa ao longo da vida, representados pelas intempéries internas ou externas aos corpos e mentes, exprimem uma condição básica que deverá ser considerada: não se vive sem crises. Entre tantas adversidades, nos deparamos com a pandemia de Covid-19, um contexto diferenciado de tudo antes experienciado. Em vista disso, o objetivo deste trabalho é analisar a realidade do acesso às tecnologias digitais pelas crianças e adolescentes no âmbito das atividades escolares na periferia do Recife no contexto da pandemia do novo Coronavírus. O mundo atual é marcado pela concorrência, pela rapidez, pela crise ambiental, pelos avanços tecnológicos da atual revolução técnico-científica-informacional que imprime condições de adaptações para sujeitos das mais diferenciadas faixas etárias e condições socioeconômicas. No tempo das velocidades, foi imprescindível parar e considerar que o cotidiano marcado pelo frenesi da escassez de tempo precisaria interromper o óbvio, e nesse contexto inesperado se encontra a escola, com seus tantos dias letivos e obrigatórios. De um momento para o outro, o uso de aparelhos celulares, antes proibidos nas aulas, passou a ser condição para o acontecimento dessas. Crianças e adolescentes precisaram fazer uso de equipamentos tecnológicos e com acesso à internet, entretanto, as condições de adaptação ao novo momento não foram as mesmas para todas as crianças e jovens, principalmente das periferias das cidades, onde se observam a escassez das tecnologias digitais devido, principalmente, às condições socioeconômicas das famílias. Neste artigo, trazemos um registro e uma análise baseada na observação da própria prática enquanto educadora de uma escola pública do Recife.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes; Tecnologias digitais; Pandemia.

INTRODUÇÃO

No século marcado pelas velocidades e instantaneidades, no trabalho focado no e pelo consumo, não haveria espaço para “paradas”. Não estava nos planos de ninguém se isolar dentro de suas casas, fechar as portas de estabelecimentos comerciais, afastar-se da família e dos amigos, por menor que fosse o tempo. Nesse arranjo de precariedades imposto pela pandemia do novo Coronavírus, acha-se a escola. O calendário escolar, pensado e organizado

¹Mestranda do Curso de Pós-graduação em Educação Culturais e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco – PPGECI-UFRPE/FUNDAJ, m.anapfreire@hotmail.com;

²Professora orientadora da Universidade Federal Rural de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco – UFRPE/FUNDAJ, gilvaneide.oliveira@ufrpe.br.

prematuramente para justificar a condição imutável dos duzentos dias letivos estava, assim como toda a sociedade, desalinhado diante dos novos fatos. Era imprescindível que fosse levado a sério o distanciamento social. Os currículos, organizados para atender situações objetivas e práticas onde tudo caminha dentro da normatividade e de onde se espera o cumprimento de orientações previamente estabelecidas, vê-se diante de um desalinhamento generalizado e não imaginável. O que fazer diante do imprevisto? Quais orientações deveriam ser dadas para um caso absurdamente inesperado?

As crianças e os adolescentes também foram chamados a se reinventarem no novo contexto, mas isso não significa que passariam ilesos às mudanças, portanto, uma visão linear, simples e reducionista não poderia dar conta da complexidade dos fenômenos a serem considerados. O objetivo deste trabalho é analisar a realidade do acesso às tecnologias digitais pelas crianças e adolescentes no âmbito das atividades escolares na periferia do Recife no contexto da pandemia do novo Coronavírus. Destarte, consideramos crianças e jovens adolescentes enquanto sujeitos de direitos e o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Art. 3º, da Lei no 8.069/1990, observa:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990, p.23).

Não se trata apenas da necessidade de manter dentro de casa esses sujeitos, é fundamental que, estando temporariamente confinados, todos e todas tenham assegurados seus direitos. De acordo com Guizzo, Marcello e Müller (2020, p.3), “No contexto da epidemia, o direito a frequentar a escola é posto em segundo plano no intuito de preservar outro direito, ainda mais fundamental, aquele do direito à vida”, diante do incontestável, o jeito é seguir os protocolos. Na medida em que os fatos sinalizavam um período mais duradouro das consequências nefastas da pandemia, novos arranjos se faziam urgentes na tentativa de assegurar o ano letivo das escolas, pois, seu “adiamento” não fazia parte dos planos de nenhuma rede de ensino, como se os sujeitos envolvidos em meio ao caos fossem apenas e simplesmente “alunos”, personagens sem dores, angustias, nomes. As aulas deveriam continuar e, de alguma forma, a escola não poderia esperar. Dessen (2016, p.30-31), pontua que “Durante muito tempo, os investigadores do desenvolvimento humano valorizaram os estudos feitos em laboratório e priorizaram o controle e a manipulação de variáveis, excluindo o contexto de relações no qual o indivíduo encontrava-se inserido” esse contexto, no entanto, não era laboratorial. Estávamos diante de uma realidade vivida por seres humanos, o que envolve razão e emoção. Nesse

sentido, uma visão dicotômica e fragmentada não daria conta dos diversos fenômenos que constituem um todo complexo de fatores e interferências, o que amplia consideravelmente “o olhar sobre o indivíduo como um ser agente em sua construção sócio-histórica, inserido em uma teia relacional e contextual”, (2016, p. 31). Quem são esses indivíduos? Como a pandemia do novo Coronavírus os impactou? Qual a dimensão e consequências do distanciamento social nas vidas desses sujeitos, agentes sociais? Afinal, segundo Nóvoa (2022, p.19), “Ninguém se educa sozinho, nem mesmo com o admirável mundo da inteligência artificial que bate às nossas portas. Precisamos de outros humanos, dos nossos professores e dos nossos colegas”. São muitas perguntas ainda sem respostas definitivas.

Os impactos provocados pela pandemia da Covid-19 no contexto das escolas municipais do Recife não foram diferentes dos mesmos observados em outras cidades ou até mesmo em outros países, entretanto, aqui faremos esse recorte referenciando a análise que parte da observação de uma experiência vivida com foco nas condições estruturais e técnicas desses e dessas estudantes e suas famílias em decorrência da carência de instrumentos tecnológicos capazes de assegurar a essas crianças e adolescentes, o pleno acesso à educação e a aprendizagem.

METODOLOGIA

O ano de 2020 será lembrado para sempre, pois pegou a humanidade inteira de surpresa com o advento de uma pandemia que se alastrou violentamente por todo o planeta. O distanciamento social não era nem de longe uma realidade imaginada e vivê-lo concretamente se tornou sinônimo de superação. A importância de estar em grupo é incontestável, segundo Castro (2010, p.70), “Entendemos que a experiência de estar na escola cria valiosas oportunidades para crianças e jovens experimentarem as tensões e lutas inerentes às relações interpessoais, pois nesses encontros podem ser confrontados vários modos de ser” dessa forma, se para a fase adulta o novo contexto representaria uma considerável dose de paciência e resiliência, o distanciamento das escolas para as crianças e adolescentes seria uma “prova final” sem precedentes.

Este trabalho é de natureza qualitativa e abordagem empírica, onde abriremos um parêntese para o diálogo acerca do acesso às tecnologias digitais no contexto da pandemia da Covid-19 pelas crianças e adolescentes das escolas públicas do Recife, na qual será priorizado

o olhar de uma professora das turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, através do registro e de uma análise baseada nas observações da própria prática dentro do contexto vivido.

No ano de 2020 até meados de 2021 as aulas passaram a ter um novo formato, evidenciando a necessária condição de manter professores e professoras na efetiva função de suas atividades e estudantes com acesso às rotinas das aulas, destarte, a realidade enfrentada no primeiro semestre de 2020 foi demasiadamente complexa. Inicialmente pelo despreparo em relação ao manuseio das novas tecnologias, como a utilização imediata das plataformas digitais, mas também pela dificuldade de acesso aos equipamentos tecnológicos indispensáveis para acessar às aulas pelos/as estudantes e suas famílias. Não precisamos ir muito a fundo, basta relatarmos a baixa frequência, as câmeras fechadas praticamente durante toda a aula, a difícil comunicação entre professores, professoras e estudantes, as inúmeras interferências ocasionadas pela queda no sinal da internet. Observa-se que muito mais do que direcionar o olhar para a carência de acesso aos objetos tecnológicos, como celulares, ou notebooks, faz-se necessário, também, evidenciar os impactos dessas tantas carências na vida desses sujeitos em desenvolvimento.

Aos que acreditam numa educação inteiramente digital, dizemos que tal não é possível, nem desejável, pois nada substitui a relação humana. Os meios digitais são essenciais, mas não esgotam as possibilidades educativas. Grande parte das nossas vidas e culturas, da nossa criatividade, das histórias, das produções efêmeras e espontâneas, dos laços e relações entre nós, dos nossos sonhos, não estão na internet. (NÓVOA, 2022, p.45-46).

Fazia falta os encontros, antes tão corriqueiros. E a escola como patrimônio, como lazer, como palco de interesses, como elo de relações contraditórias estava resumida a ambientes individuais e famílias despreparadas para enfrentar o novo. Manter o ritmo das aulas em um cenário de pandemia no qual a orientação generalizada foi o distanciamento social, não se constituiria tarefa fácil. Para crianças e jovens adolescentes carentes, no entanto, essa seria uma condição tão adversa à sua realidade imediata que nem em pensamentos mais sombrios seria possível imaginar. Aliada às novas exigências, estava uma condição básica para se manter ativo na “escola virtual”, o uso de objetos tecnológicos e rede de internet que garantisse uma nova condição para meninos e meninas que buscam na escola muito mais do que aulas.

Para somar aos agravantes operacionais do contexto, acrescenta-se a percepção da sociedade em relação às crianças e adolescentes como sujeitos passivos, sem autonomia e dependentes absolutos dos interesses dos adultos. Contrária a esta visão reducionista, Sirota (2007), dialoga a respeito da evolução na maneira como a sociologia da infância vem ganhando novos conceitos e considerando a criança um ser presente, um ser de construção social, desta

forma, influencia e é influenciada pelo meio onde está inserida, sendo seres altamente capazes de se adaptar e crescer após situações de crises e estresses. Corsaro (2011, p.43), complementa dizendo que “elas afetam e são afetadas por grandes eventos e transformações sociais”. Ainda nesse sentido ressaltamos que,

ao estudar a criança e a infância, a partir de preocupações com as questões relacionadas à família e à educação, retirava-se da criança o protagonismo sobre o seu desenvolvimento e sobre sua constituição enquanto sujeito e cidadão. Perceber a criança, além do lugar social de filho ou aluno, permite entendê-la como ator social. (SIMÕES; PERES; QUEIROZ, 2018, p.2).

Destarte, não considerar esses sujeitos nos seus direitos e não ouvir suas falas, tendo em vista Freire (2013, p.111), que diz “é escutando que aprendemos a falar com eles”, é não estar atento às novas teorias sociais da infância, nem tampouco para o papel social que desempenham na sociedade.

As escolas se encontram agora nesse novo momento na história da humanidade, precisaram se munir de novos mecanismos para enfrentar a condição de não poder manter o “controle” sobre as crianças e adolescentes, já que não estariam fisicamente presentes. A preocupação, no entanto, estava mais sobre como fazer cumprir a carga horária necessária para a manutenção da organização escolar e dar uma resposta à sociedade, ansiosa pelo retorno das atividades "normais", do que propriamente pensar no bem-estar emocional desses sujeitos em desenvolvimento. A saída mais eficaz encontrada para o impasse, seria a utilização de aulas remotas a partir de plataformas tecnológicas com acesso à rede de internet para transmissão de aulas síncronas. Esta urgência foi imediatamente aplicada na prática, não existiria uma segunda opção, ou seriam comprometidos os calendários oficiais planejados antecipadamente e já em vigor.

Tomando como referência uma situação em que esses e essas estudantes já tivessem uma estrutura técnica em suas casas, com no mínimo um computador ou celular com acesso à internet, a condição imposta pelo novo modelo pandêmico já não seria fácil para essas crianças e adolescentes, todavia, o quadro real se apresentou muito mais severo. Nas escolas municipais do Recife, tal como observada em outras tantas falas anunciadas pelos professores(as), estudantes, coordenadores(as) e gestores(as) espalhados(as) pelo país, o cenário escancara a realidade que se valia de uma “nova normalidade” e que ocultava aquilo que já era há muito evidenciado: a escassez do mínimo para esses meninos e meninas, homens e mulheres do tempo presente. Santos (2000, P.28), questiona: “E quem são os atores do tempo real? Somos todos nós? Esta pergunta é um imperativo para que possamos melhor compreender nossa época”, uma

época forjada pelas necessidades de tantos em detrimento do poder hegemônico de alguns. O autor ainda traz considerações importantes nessa mesma perspectiva, considerando as brigas que são travadas para dar conta do cotidiano mais banal:

Quanto aos “não-possuidores” sua convivência com a escassez é conflituosa e até pode ser guerreira. Para eles, viver na esfera do consumo é como querer subir uma escada rolante no sentido da descida. Cada dia acaba oferecendo uma nova experiência da escassez. Por isso não há lugar para o repouso e a própria vida acaba por ser um verdadeiro campo de batalha. (SANTOS, 2000, p.130).

A realidade é muito mais complexa do que aparentemente nos é apresentada e a atual fase da globalização nos impõe uma verdade compartilhada por milhares de pessoas espalhadas pelo mundo inteiro e aqui também se observa nitidamente seus contornos. Para minimizar tantas desigualdades e contornar a ausência de equipamentos técnicos que pudessem proporcionar às(aos) estudantes acesso às aulas, foram disponibilizados *chips* eletrônicos para serem utilizados nos celulares de uso pessoal dos/as estudantes. Ter acesso ao aparelho eletrônico, no entanto, não ampliou a frequência desses meninos e meninas no ambiente virtual da sala de aula. As questões envolvendo seu uso poderiam estar atreladas às outras tantas realidades familiares que, de uma ou de outra forma, afloraram persistentes durante o tempo em que as aulas não mais puderam acontecer de forma presencial. Os motivos apresentados pelas famílias ou mesmo pelas crianças e adolescentes para a ausência nas aulas variaram muito e a falta do celular, do computador ou de um notebook, representaram as causas principais.

A face cruel da globalização que promete inserir todos e todas numa mesma “aldeia” é encontrada nas periferias das cidades, sendo anterior à pandemia do novo Coronavírus. É nesse cenário que se encontram a grande maioria dos estudantes das redes públicas de ensino da cidade do Recife, imersos em condições socioeconômicas perversas onde a solidariedade existente nos lugares é a única forma de abrir pequenas frestas em janelas sempre muito bem fechadas. O acesso às modernas tecnologias amplamente difundidas na atual revolução 4.0 do meio técnico-científico-informacional, e que já deveria ser de acesso de todos e todas, ainda é utopia.

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que nele se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados. (SANTOS, 2000, p. 114).

Como garantir na prática que todas as crianças e adolescentes pudessem ter acesso sistemático às aulas? Como minimizar os efeitos impactantes do distanciamento social e suas imprevisíveis consequências? O que fazer para se apropriar no menor tempo possível de ferramentas tecnológicas desconhecidas até então? Essas e tantas outras perguntas foram feitas

e refeitas na busca por respostas e soluções quando as medidas de distanciamento social entraram em vigor.

REFERENCIAL TEÓRICO

Falar no século XXI sem atualizar o desenvolvimento das modernas e sofisticadas tecnologias, parecerá que uma parte da história ficará faltando. As tecnologias, das mais simples às mais sofisticadas, cumprem um papel de maior importância para a sociedade atual, sendo consideradas indispensáveis em quase todos os lugares do mundo, considerando seu grau de utilização em larga escala. O advento da pandemia do novo Coronavírus veio escancarar as necessidades mais urgentes da utilização de equipamentos eletrônicos considerados mais básicos, dentre estes, os computadores, notebooks e aparelhos celulares. Os celulares, antes caracterizados como vilões dentro das salas de aula, no auge da pandemia da Covid-19 passaram a ser condição *sine qua non* para que essas pudessem acontecer. Mas quantos estavam realmente preparados(as)? Kohan (2020, p.5), denuncia “as gritantes desigualdades da sociedade brasileira com uma altíssima parte da população sem as mínimas condições de conectividade e aparelhagem como para atender a uma educação remota ou à distância” revela a existência de um fosso profundo entre os que possuem e os despossuídos de tudo.

Não bastasse a nova condição de isolamento programado, a carência representada pela ausência de equipamentos tecnológicos no ambiente doméstico dos estudantes das periferias da cidade, representaria uma ruptura no elo de ligação entre esses sujeitos e a escola. Esse fato evidencia-se nas ausências de estudantes, meninos e meninas que deixaram de frequentar as aulas remotas alegando não conseguir conexão para acessar a plataforma disponível para esse fim. Além dos obstáculos representados pelas carências de equipamentos tecnológicos, as crianças e jovens matriculados nessas escolas públicas, enfrentaram e ainda enfrentam o enfraquecimento das suas vozes. Esses sujeitos de direitos tiveram no primeiro ano de pandemia várias dificuldades para participar ativamente das aulas remotas, algumas delas destacadas aqui. Destarte, quantas foram ouvidas sobre suas carências? A falta da escuta a esses atores e atrizes sociais constituem um fator de exclusão extrema.

Apesar de observarmos avanços nos estudos da infância, que têm procurado deslocar a dimensão adultocêntrica ao ceder lugar à voz da criança, ainda persiste a confluência de pesquisas feitas sobre as crianças e não com elas. De certa forma, esta conjuntura reforça o preconceito de que as crianças são imaturas, frágeis e totalmente dependentes dos adultos. (CARVALHO e MÜLLER, 2010, p. 67).

De acordo com as novas concepções e teorias da Sociologia da infância, as crianças e os jovens precisam ter suas vozes ouvidas e na atual conjuntura marcada por uma grave crise econômica e social, reflexo de uma pandemia que se abateu impiedosa sobre toda a sociedade, faz-se necessário abrir possibilidades para escutar o que eles e elas têm a comunicar sobre suas vidas, principalmente nesse cenário atípico, que escancarou tantas mazelas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em recente pesquisa realizada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através do trabalho de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019), portanto, anterior à pandemia, no Brasil ficou evidente a disparidade entre estudantes do ensino público e privado do país em relação à aquisição de aparelhos celulares. A pesquisa realizada pelo PNAD Contínua, detalha aspectos de acesso à Internet, à televisão e ao telefone móvel para uso pessoal no quarto trimestre de 2019. A investigação mostra em detalhes aspectos relevantes sobre a temática, destacando que no Brasil, de acordo com dados da pesquisa IBGE/PNAD (2019, p.9), “Em 2019, enquanto 81,8% dos estudantes da rede privada acessavam a Internet pelo computador, este percentual era apenas 43,0% entre os estudantes da rede pública”. Os dados evidenciam uma condição que no ano seguinte foi sentida na prática, quando apenas um único aparelho era compartilhado por vários membros de uma mesma família. Na mesma pesquisa, buscou-se informações acerca dos principais motivos relacionados a não aquisição do equipamento, observados na tabela abaixo.

Pessoas que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, segundo o motivo (%)

Motivo	Distribuição das pessoas que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal (%)		
	Total	Condição de estudante	
		Estudante	Não estudante
Aparelho telefônico era caro	27,7	39,4	23,2
Falta de interesse em ter telefone móvel celular	22,6	7,2	28,5
Não sabiam usar telefone móvel celular	21,9	4,9	28,4
Costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa	16,4	29,6	11,3
Serviço era caro	2,9	3,8	2,5
Serviço de telefonia móvel celular não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	2,0	1,8	2,1
Outro motivo	6,5	13,2	4,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.



Evidentemente essa carência aponta às sérias dificuldades que os(as) estudantes encontraram para a participação ativa nas aulas remotas. Entre tantos motivos observados na pesquisa acima referenciada, aparecem o custo dos aparelhos celulares, a falta de interesse em ter o aparelho celular, não saber utilizar o aparelho e utilizar o celular de outra pessoa.

Na prática, a necessária condição para trazer o(a) estudante para a sala de aula remota representou um estresse violento para as famílias, que tiveram que buscar alternativas para viabilizar o acesso às aulas pelas crianças e adolescentes com os indispensáveis e muitas vezes inexistentes celulares ou computadores. As aulas, por mais divulgação e até mobilização que pudessem ter, permaneciam apresentando uma baixa considerável de estudantes “em sala”. Já com as aulas remotas em curso, novas ações foram concretizadas por parte da Secretaria de Educação do Recife. Inicialmente com a entrega dos *chips* para acesso à internet, posteriormente com entrega de aparelhos celulares para estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, o que apesar de ter elevado a frequência, não atingiu a meta desejada. Em seguida, foi criada a Escola Municipal para Aulas Digitais com a finalidade de introduzir o ensino híbrido e apoio às escolas. O que constatamos a partir da realidade vivida é que independentemente dos esforços e ações direcionadas para promover a efetiva condição de participação dos/as estudantes durante o período de aulas remotas, as lacunas relativas à frequência, ao estresse emocional, à carência socioeconômica das famílias em estado de vulnerabilidade, foram sem precedentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existe uma solução para todos os problemas relacionados às dificuldades enfrentadas pelas crianças e jovens moradores e estudantes das periferias do Recife e de tantas outras cidades espalhadas pelo Brasil. Este é, entre outros, o lado perverso da globalização excludente, que em situações de crise, se tornam muito evidentes. A aquisição de um ou mais aparelhos eletrônicos pode não representar bens de utilidade básica, mas o que dizer quando esses equipamentos representam ter ou não ter acesso as aulas, que é uma das garantias asseguradas por lei para toda criança e adolescente? O que representa para tantas crianças e jovens deixar de ter contato com outras crianças, com professores e professoras? Todas essas situações fazem-nos refletir sobre o quão indispensável é a escola e todos os quefazeres relacionados a ela. Kohan (2020, p. 6), alerta para os efeitos nefastos de uma necropolítica que tenta desvalorizar a importância da escola “uma visão atenta aos efeitos da pandemia mostram,

ao contrário do que as vozes que advogam pelo fim da escola querem concluir, o valor extraordinário e insubstituível da escola como instituição histórica e social”. A pandemia do novo Coronavírus não deverá representar o fim da escola e o início de um movimento contrário a esta, para tanto, é prudente continuarmos vigilantes no sentido de manter a luta por uma educação transformadora, como nos diz Freire (2013, p.75), “No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar”. A pandemia da Covid-19 abriu muitos parênteses para a educação formal, e esses parênteses não foram fechados. As sequelas nos corpos e mentes permanecerão latentes e entrelaçadas a tantas outras dificuldades pré-existentes e certamente continuarão nos lembrando as evidentes condições da maioria da população deste país, meninos e meninas das periferias das cidades brasileiras que lutam pela inclusão digital plena, pela valorização de escolas públicas e de qualidade e pela presença deles e delas nesta escola. Pelo respeito às diferenças e ao espaço onde suas falas possam ser ouvidas, onde o diálogo permanente possa existir.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>>. Acesso em 10.12.2021.

CARVALHO, A.; MÜLLER, F. **Ética nas pesquisas com crianças**: uma problematização necessária. In: MÜLLER, F. (Org.). *Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições*. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância** [recurso eletrônico] / William A. Corsaro; tradução: Lia Gabriele Regius Reis; revisão técnica: Maria Letícia B.P. Nascimento. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2011.

CASTRO. Lúcia Rabello de. **Falatório**: participação e democracia na escola / coordenação: Lúcia Rabello de Castro – Rio de Janeiro: Contra Capa, 2010.

DESSEN, Maria Auxiliadora et al. **A ciência do desenvolvimento humano**. Tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 45ª. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GUIZZO, Bianca Salazar. MARCELLO, Fabiana de Amorim. MÜLLER, Fernanda. **A reinvenção do cotidiano em tempos de pandemia**. SEÇÃO TEMÁTICA: Infância, Política e Educação • Educ. Pesqui. São Paulo, v. 46 • 2020. Disponível em:



<<https://www.scielo.br/j/ep/a/ybM6TZ8MvPmdLN8HzqgFZKS/?lang=pt>>. Acesso em 07.12.2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019. - Liv101794_informativo.pdf. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf> Acesso em: 15.09.2022.

KOHAN, Walter Omar. **Tempos da escola e tempos de pandemia e necropolítica**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2016212, p. 1-9, 2020 Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/894/89462860071/89462860071.pdf>>. Acesso em: 26.11.2021.

NÓVOA, António. **Escolas e professores proteger, transformar, valorizar** / António Nóvoa, colaboração Yara Alvim. – Salvador: SEC/IAT, 2022.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. - 4ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2000.

SIMÕES, P. M. U., e Peres, F. M. de A., & de Queiroz, J. T. (2018). **O encontro entre a psicologia e a sociologia da infância**. Psicologia Em Estudo, 23. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v23i0.40193>. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/40193>>. Acesso em: 10.12.2021.

SIROTA, Régine. **A indeterminação das fronteiras da idade**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 25, n. 1, 41-56, jan./jun. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1628/1369>>. Acesso em: 28.09.2021.